

Os inquéritos alimentares e a história da nutrição em Portugal

Pedro Graça

Diretor da FCNAUP



Existe no ADN de cada nutricionista, em particular naqueles que se interessam pelas questões da saúde pública, uma referência muito central ao papel dos inquéritos alimentares para a compreensão do que comemos e da sua relação com as doenças que nos afetam. Foi a busca deste tipo de conhecimento, que, de certa forma, estimulou os precursores da epidemiologia nutricional em Portugal, não podendo deixar de sublinhar aqui o papel verdadeiramente excepcional de dois homens que no século XX tanto fizeram para melhorar o conhecimento nesta área. Primeiro, o Prof. Mendes Correia que a partir de 1923 lidera o Instituto de Antropologia da Universidade do Porto, publicando em 1951, o monumental tratado “A Alimentação do Povo Português” que é uma base central para se conhecer o consumo alimentar nacional. Depois, o Prof. Francisco Gonçalves Ferreira que termina em 1980 o primeiro Inquérito Alimentar Nacional (IAN) o qual lhe consome muitos anos de trabalho intenso e onde vai conseguir inquirir mais de 13 mil pessoas em condições verdadeiramente difíceis. Mais tarde, entre 2015 e 2016, foi possível realizar o segundo IAN através de um Memorando de Entendimento celebrado entre o Estado Português e os países doadores (Islândia, Liechtenstein e Noruega) através do Mecanismo Financeiro do Espaço Europeu. Negociações complexas lideradas pela DGS (em plena intervenção do FMI) durante quase 2 anos e mais tarde com a gestão do financiamento global de quase 10 milhões de euros com o apoio essencial da ACSS que daria para escrever um tratado sobre ética científica. Uma experiência onde muito aprendi sobre serviço público com as colegas da DGS, Catarina Sena e Eva Falcão. Toda uma lição.

Apesar destes instrumentos permitirem recolher informação nacional sobre o consumo alimentar (incluindo a ingestão nutricional) e sobre a sua relação com determinantes em saúde, nomeadamente os socioeconómicos, um IAN é muito mais um instrumento de apoio à tomada de decisão na política alimentar e nutricional do que um simples instrumento para melhorar o conhecimento da relação alimento-doença. Dois exemplos portugueses recentes ilustram esta minha visão.

Desde a criação do PNPAS, em 2012, que se começou a pensar em incluir medidas fiscais para apoiar medidas de saúde pública e redução de determinados consumos prejudiciais à saúde, como era o caso do consumo excessivo açúcar. Contudo, muito destas medidas tiveram a objeção dos representantes da indústria agroalimentar pois segundo estes o consumo de açúcar era proveniente de diversas fontes alimentares e centrar as medidas fiscais sobre uma fonte como as bebidas açucaradas não fazia sentido. Foram os dados do IAN-AF que permitiram confirmar que os refrigerantes estavam no top 3 dos produtos alimentares que mais contribuíam para a ingestão de açúcar e que quase metade das crianças e adolescentes portuguesas apresentavam um consumo de açúcar superior ao valor máximo recomendado pela OMS. Com estes dados foi possível argumentar a favor da Lei nº 42/2016 de 28 de dezembro que alterou bastante a atitude legislativa europeia neste setor.

Outro exemplo, relaciona-se com as medidas de saúde pública que já foram adotadas e as que se seguirão na área do consumo de pescado onde as estimativas da ingestão de metais pesados só foram possíveis pela possibilidade de relacionar os dados do IAN com os valores médios de metais pesados, nomeadamente metilmercúrio, encontrados nas espécies de pescados mais consumidas. Com esta informação foi possível prever o risco associado ao consumo e tomar medidas informativas e restritivas em grupos de risco.

Como se pode observar, os dados recolhidos nestes inquéritos são a espinha dorsal para muitas das tomadas de decisão no âmbito da estratégia alimentar e nutricional em Portugal e do próprio PNPAS/DGS carecendo de atualização regular. É Informação sensível, que deve ser recolhida e tratada seguindo exigentes protocolos científicos e *know-how* específico que felizmente os nutricionistas já têm e aperfeiçoaram no último IAN-AF. A continuidade desde trabalho e a comparação com os dados recolhidos em 2015-16 seria uma excelente prenda para a nutrição em Portugal e para todos os nutricionistas portugueses. 🍷